

Álvaro Villaça Azevedo

I

CURSO DE
DIREITO CIVIL

Teoria Geral do Direito Civil
Parte Geral

2ª edição
2019

saraiva  jur

ISBN 978-85-53605-35-4

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057Av. das Nações Unidas, 7.221, 1º andar, Setor B
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902
SAC | 0800-0117875
De 2ª a 6ª, das 8h às 18h
www.editorasaraiva.com.br/contato

Direção executiva Flávia Alves Bravin
Direção editorial Renata Pascual Müller
Gerência editorial Roberto Navarro

Consultoria acadêmica Murilo Angeli Dias dos Santos

Edição Eveline Gonçalves Denardi (coord.)
Daniel Pavani Naveira

Produção editorial Ana Cristina Garcia (coord.)
Luciana Cordeiro Shirakawa
Rosana Peroni Fazolari

Arte e digital Mônica Landi (coord.)
Claudirene de Moura Santos Silva
Fernanda Matajs
Guilherme H. M. Salvador
Tiago Dela Rosa
Verônica Pivisan Reis

Planejamento e processos Clárisa Boraschi Maria (coord.)
Juliana Bojczuk Fermino
Kelli Priscila Pinto
Marília Cordeiro
Fernando Penteado
Mônica Gonçalves Dias
Tatiana dos Santos Romão

Novos projetos Fernando Alves

Projeto gráfico Fernanda Matajs
Diagramação Renata Lopes Toscano
Revisão Daniela Georgeto
Capa Mônica Landi

Pintura de capa Arco de Tito
Evelina Villaça
2018
Técnica mista, 100 x 180 cm

Produção gráfica Marti Rampim
Sergio Luiz Pereira Lopes

Impressão e acabamento Corprint

Azevedo, Álvaro Villaça
Curso de direito civil : teoria geral do direito civil : parte
geral / Álvaro Villaça Azevedo. – 2. ed. – São Paulo : Saraiva
Educação, 2019.
(Curso de direito civil ; v. 1)

1. Direito civil - Brasil I. Título.

18-1626 CDU 347(81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito civil 347(81)

Data de fechamento da edição: 6-12-2018

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por
qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora
Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido
na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 605453 CAE 630894

SUMÁRIO

<i>Obras Publicadas</i>	5
<i>Prefácio</i>	19
1 Âmbito do direito privado	21
1. Generalidades	21
2. Âmbito.....	22
3. Quadro da matéria.....	23
2 Pessoas naturais	24
1. Conceito de pessoa e de pessoa natural.....	24
2. Personalidade e sujeito de direito.....	24
3. Começo da personalidade natural	26
4. Nascituro	28
4.1 Generalidades e conceito.....	28
4.2 Direitos do nascituro	29
5. Qualificações da pessoa natural	30
6. Estado das pessoas naturais.....	31
6.1 Caracteres do estado.....	32
6.2 Ações de estado.....	33
7. Capacidade	33
8. Legitimação.....	34
9. Incapacidade absoluta.....	35
10. Incapacidade relativa.....	38
11. Outras revogações relativas à Parte Geral (sobre capacidade).....	40
11.1 Sujeição a curatela.....	40
11.2 Promoção da curatela pelo Ministério Público.....	41
11.3 Atuação do juiz no processo de curatela	41
11.4 Curatela	42
11.5 Tomada de decisão apoiada	43
12. Cessação da incapacidade e emancipação	44

13.	Fim da personalidade natural.....	46
13.1	Conceito de morte e espécies.....	46
13.2	Comoriência ou morte simultânea.....	50
14.	Atos do registro civil.....	51
3	Direitos da personalidade.....	54
1.	Generalidades.....	54
2.	Conceito.....	55
3.	Natureza jurídica e caracteres.....	56
4.	Proteção ante ameaça ou lesão à personalidade do morto.....	58
5.	Disposição do próprio corpo e doação de órgãos em vida.....	59
6.	Disposição do corpo após a morte.....	63
7.	Tratamento médico ou intervenção cirúrgica de risco.....	64
8.	Direito à identidade (nome).....	67
9.	Nome em publicações ou representações nocivas.....	70
10.	Nome alheio em propaganda.....	72
11.	Proteção ao pseudônimo.....	72
12.	Proteção da palavra falada e escrita e da imagem.....	73
13.	Inviolabilidade da vida privada.....	74
4	Ausência.....	76
1.	Modificação do título para “Curadoria dos bens do ausente”.....	76
2.	Conceito de ausência.....	76
3.	Arrecadação dos bens e nomeação de curador.....	77
4.	Morte presumida.....	79
5	Sucessão provisória.....	80
1.	Generalidades.....	80
2.	Requerimento de ausência e de sucessão provisória.....	80
3.	Conservação dos bens do ausente.....	81
4.	Efeitos da sentença da sucessão provisória.....	82
5.	Inventário e partilha.....	83
6.	Garantias pelos herdeiros.....	84
7.	Estado dos bens.....	84
8.	Representação do ausente.....	85
9.	Frutos e rendimentos.....	85
10.	Prova da época do falecimento.....	87
11.	Reaparecimento do ausente.....	87
12.	Preocupação patrimonial excessiva.....	88

6	Sucessão definitiva	90
1.	Domínio dos bens da herança	90
2.	Idade avançada	91
3.	Retorno do ausente	91
7	Pessoas jurídicas	93
1.	Direito Romano	93
2.	Conceito	94
3.	Natureza jurídica	95
4.	Classificação	97
5.	Existência legal	103
6.	Representação	105
7.	Conteúdo mínimo do registro	106
8.	Administração coletiva	107
9.	Desconsideração da personalidade jurídica	108
10.	Extinção	111
11.	Paralelo entre pessoa física e jurídica (atributos da personalidade)	113
8	Associações	114
1.	Conceito	114
2.	Categorias de associados	117
3.	Qualidade de associado (retirada, exclusão e morte)	117
4.	Exercício de direito ou função pelo associado	119
5.	Competência da assembleia geral	120
6.	Convocação dos órgãos deliberativos	121
7.	Dissolução e destino do remanescente patrimonial	122
8.	Adaptação às regras do atual Código	123
9	Fundações	124
1.	Conceito	124
2.	Criação	125
3.	Insuficiência de bens	127
4.	Constituição por negócio jurídico <i>inter vivos</i>	128
5.	Pessoas encarregadas da aplicação do patrimônio	128
6.	Fiscalização da fundação	129
7.	Alteração estatutária	130
8.	Sujeito de direito	131
9.	Inalienabilidade do patrimônio	132
10.	Extinção	133



10 Domicílio.....	135
1. Conceito de domicílio da pessoa natural.....	135
2. Espécies de domicílio e sua proteção.....	136
3. Pluralidade de domicílio.....	137
4. Domicílio profissional.....	138
5. Falta de domicílio fixo.....	139
6. Mudança de domicílio.....	139
7. Domicílio da pessoa jurídica.....	140
8. Domicílio necessário.....	142
9. Domicílio do agente diplomático.....	143
10. Domicílio por eleição.....	144
11 Bens.....	145
1. Coisa, bem e patrimônio.....	145
2. Classificação dos bens.....	146
2.1 Generalidades.....	146
2.2 Critério da tangibilidade, não cogitado.....	147
12 Bens considerados em si mesmos.....	148
1. Conceito de imóvel.....	148
2. Categorias de imóveis.....	148
2.1 Generalidades.....	148
2.2 Imóveis por natureza.....	148
2.3 Imóveis por acessão física ou material.....	149
2.4 Imóveis por acessão intelectual ou imaterial ou por destinação do proprietário.....	149
2.5 Imóveis por disposição de lei.....	150
13 Bens móveis.....	152
1. Conceito de móvel.....	152
2. Tradição.....	152
3. Móveis para efeitos legais.....	154
4. Materiais de construção.....	155
14 Bens fungíveis e consumíveis.....	156
1. Conceito de bem fungível e infungível.....	156
2. Conceito de bem consumível e inconsumível.....	156
15 Bens divisíveis.....	158
1. Conceito de bem divisível e indivisível.....	158
2. Indivisão e perda de valor.....	158

3.	Imprestabilidade ao uso.....	158
4.	Indivisibilidade por determinação da lei ou pela vontade dos interessados	159
16	Bens singulares e coletivos	160
1.	Conceito de bens singulares.....	160
2.	Conceito de bens coletivos (universalidade de fato).....	160
3.	Universalidade de direito	161
17	Bens reciprocamente considerados.....	162
1.	Conceito de bem principal e acessório	162
2.	Conceito de pertenças	163
3.	Frutos e produtos.....	163
4.	Benfeitorias.....	165
18	Bens públicos.....	167
1.	Conceito	167
2.	Classificação.....	167
3.	Inalienabilidade do bem público	169
4.	Gratuidade ou onerosidade pela utilização do bem público.....	170
19	Fatos jurídicos	172
1.	Considerações iniciais.....	172
2.	Matéria processual.....	172
20	Negócio jurídico.....	174
1.	Consideração inicial	174
2.	Conceito de ato jurídico	174
3.	Classificação dos fatos jurídicos	175
4.	Conceito de negócio jurídico	177
5.	Elementos do negócio jurídico	180
6.	Incapacidade relativa.....	182
7.	Impossibilidade relativa do objeto	184
8.	Informalidade negocial.....	184
9.	Essencialidade da escritura pública	186
10.	Força obrigatória dos negócios.....	186
11.	Instrumento público da substância do negócio.....	188
12.	Reserva mental	189
13.	Silêncio como manifestação de vontade.....	192
14.	Interpretação do negócio jurídico.....	194

21 Representação	203
1. Considerações iniciais.....	203
2. Apresentação e representação	203
3. Direito Romano (breves noções).....	204
4. Conceito de representação	205
5. Espécies de representação	206
6. Natureza do poder.....	210
7. Atuação nos limites dos poderes.....	211
8. Contrato consigo mesmo.....	214
9. Prova da representação.....	216
10. Conflito de interesses com o representado.....	218
11. Prazo decadencial	219
12. Requisitos e efeitos da representação.....	219
22 Condição, termo e encargo.....	221
1. Considerações iniciais.....	221
2. Direito Romano.....	221
3. Modificações do negócio jurídico	222
23 Condição	223
1. Considerações iniciais.....	223
2. Condição de fato e de direito	223
3. Direito Romano.....	224
4. Conceito de condição.....	225
5. Elementos conceituais.....	225
6. Espécies de condição.....	227
6.1 Condições casuais, potestativas, promíscuas e mistas	227
6.2 Condições necessárias ou voluntárias	228
6.3 Condições lícitas ou ilícitas.....	228
6.4 Condições possíveis ou impossíveis.....	230
6.5 Condição suspensiva	232
6.6 Condição suspensiva e novas disposições.....	234
6.7 Compatibilidade de novas disposições.....	236
6.8 Condição resolutiva expressa ou tácita.....	237
6.9 Condição resolutiva e efeito imediato.....	238
6.10 Propriedade resolúvel.....	240
7. Condição em negócio de execução continuada ou periódica	241
8. Terceiros de boa-fé e irretroatividade	242
9. Condição obstada maliciosamente ou provocada.....	242

10.	Conservação do direito eventual.....	244
11.	Quadro elucidativo.....	245
24	Termo.....	247
1.	Conceito.....	247
2.	Termo suspensivo.....	248
3.	Prazo.....	249
4.	Favorecimento do herdeiro.....	251
5.	Favorecimento do devedor.....	251
6.	Negócios jurídicos sem prazo.....	253
7.	Termo e condição.....	255
8.	Termo de graça e moratória.....	256
25	Encargo ou modo.....	258
1.	Conceito.....	258
2.	Aquisição e exercício do direito.....	259
3.	Encargo como condição.....	260
4.	Encargo ilícito ou impossível.....	260
26	Defeitos do negócio jurídico.....	262
1.	Direito Romano.....	262
2.	Erro e ignorância: conceito e distinção.....	263
3.	Erro obstáculo.....	265
4.	Erro substancial e acidental.....	266
5.	Escusabilidade do erro.....	267
6.	Casos de erro substancial.....	269
7.	Erro de direito.....	270
8.	Falso motivo.....	271
9.	Transmissão errônea da vontade.....	273
10.	Erro de indicação.....	273
11.	Erro de cálculo.....	274
12.	Correção do erro e aceitação do negócio.....	276
27	Dolo.....	278
1.	Considerações iniciais.....	278
2.	Dolo essencial.....	279
3.	Distinção entre dolo e erro.....	280
4.	Dolo acidental.....	280
5.	Omissão dolosa.....	282
6.	Dever de informação.....	282

7.	Dolo de terceiro.....	284
8.	Dolo do representante legal e convencional.....	286
9.	Dolo de ambas as partes.....	288
28	Coação.....	289
1.	Conceito.....	289
2.	Ameaça a pessoa não parente.....	291
3.	Critérios de avaliação do coacto.....	291
4.	Ameaça do exercício normal de um direito.....	292
5.	Temor reverencial.....	293
6.	Coação exercida por terceiro.....	294
29	Estado de perigo.....	295
1.	Conceito.....	295
2.	Requisitos à configuração do estado de perigo.....	296
3.	Vítima não pertencente à família do promitente.....	297
30	Lesão.....	298
1.	Lesão (considerações iniciais).....	298
2.	Lesão enorme.....	298
3.	Lesão por usura.....	299
4.	Lesão vício ou especial.....	300
5.	Lesão vício e Código de Defesa do Consumidor.....	301
31	Fraude contra credores.....	302
1.	Direito Romano.....	302
2.	Conceito e elementos da fraude contra credores.....	304
3.	Transmissão gratuita e insolvência.....	306
4.	Contratos onerosos e insolvência.....	308
5.	Notoriedade da insolvência.....	309
6.	Aumento patrimonial posterior à insolvência.....	311
7.	Conhecimento do outro contratante.....	311
8.	Realidade objetiva da fraude.....	312
9.	Ação pauliana no Direito Romano.....	314
10.	Período medieval.....	316
11.	Demandados.....	317
12.	Ação revocatória.....	318
13.	Fraude de execução.....	320
14.	Recebimento antecipado de dívida não vencida.....	321
15.	Garantias de dívidas fraudulentas.....	323

16.	<i>Beneficium competentiae</i> no Direito Romano.....	324
17.	Presunções de boa-fé e de validade	326
18.	Anulação em proveito do acervo concursal	328
32	Invalidade do negócio jurídico.....	330
1.	Considerações iniciais.....	330
2.	Negócio inexistente.....	330
3.	Nulidade.....	336
4.	Causas de nulidade	337
5.	Simulação no atual Código.....	340
6.	Simulação (conceito).....	340
7.	Simulação absoluta e relativa	341
8.	Hipóteses de simulação	342
9.	Simulação inocente.....	344
10.	Terceiros de boa-fé	345
11.	Alegação de nulidades e seu pronunciamento judicial	345
12.	Impossibilidade de confirmação e de convalidação do negócio nulo.....	348
13.	Validade excepcional do negócio dissimulado	349
14.	Anulabilidade	350
15.	Negócios anuláveis	351
16.	Confirmação do negócio.....	352
17.	Substância e vontade de confirmar.....	353
18.	Confirmação tácita.....	354
19.	Confirmação expressa ou execução negocial voluntária.....	355
20.	Extinção de ação prescrita.....	356
21.	Autorização posterior de terceiro	357
22.	Efeitos da anulabilidade	358
23.	Prazo decadencial	359
24.	Anulação sem determinação de prazo.....	360
25.	Ocultação dolosa da idade	361
26.	Obrigações anuladas em proveito do incapaz	362
27.	Restituição ao estado anterior.....	363
28.	Invalidade de instrumento.....	365
29.	Invalidade parcial	366
33	Atos jurídicos lícitos.....	369
1.	Ato jurídico lícito	369
2.	Regras do negócio ao ato jurídico lícito.....	369
3.	Negócio jurídico válido, mas ineficaz	370

34 Atos ilícitos	371
1. Ato ilícito. Conceito e diferenças entre instituições afins	371
2. Classificação	373
3. Dolo e culpa	374
4. Classificação da culpa	376
5. Dano material e moral	379
6. Abuso de direito	381
7. Legítima defesa	385
8. Estado de necessidade e remoção de perigo iminente	387
9. Exercício regular de um direito reconhecido	390
35 Prescrição e decadência	391
1. Noções gerais	391
2. Conceitos e distinção entre prescrição e decadência	391
3. Impedimento, suspensão e interrupção	392
36 Prescrição	394
1. Conceito de prescrição	394
2. Exceção	395
3. Renúncia	396
4. Inalterabilidade dos prazos de prescrição	397
5. Momento de alegação pelo interessado	397
6. Conhecimento de ofício pelo juiz	398
7. Incapazes e pessoa jurídica	398
8. Prescrição contra sucessor	399
37 Causas que impedem ou suspendem a prescrição	400
1. Impedimento e suspensão	400
2. Causas impeditivas ou suspensivas	400
3. Apuração no juízo criminal	402
4. Obrigação indivisível	402
38 Causas que interrompem a prescrição	404
1. Interrupção	404
2. Causas interruptivas	404
3. Despacho citatório e citação	404
4. Protesto judicial	406
5. Protesto cambial	407
6. Interpelação extrajudicial	407
7. Título de crédito em inventário ou em concurso de credores	408

8.	Qualquer ato de reconhecimento do direito pelo devedor.....	409
9.	Reinício do prazo prescricional.....	410
10.	Prescrição intercorrente.....	411
11.	Fazenda Pública e prescrição.....	412
12.	Legitimidade para interromper a prescrição.....	412
13.	Interrupção por um credor e exceções.....	413
39	Prazos da prescrição.....	415
1.	Prazo máximo geral.....	415
2.	Direito intertemporal.....	415
3.	Prescrição ânua.....	416
4.	Prescrição em dois anos.....	418
5.	Prescrição em três anos.....	418
6.	Prescrição em quatro anos.....	420
7.	Prescrição em cinco anos.....	421
40	Decadência.....	423
1.	Noções gerais.....	423
2.	Prazos decadenciais.....	424
3.	Nulidade da renúncia à decadência legal.....	425
4.	Alguns prazos de decadência.....	425
41	Prova.....	427
1.	Forma dos atos e negócios jurídicos. Espécies e conceitos.....	427
2.	Prova dos atos ou negócios jurídicos.....	427
3.	Espécies de prova.....	428
	<i>Referências.....</i>	<i>437</i>

Álvaro Villaça Azevedo

VI

**CURSO DE
DIREITO CIVIL**

Direito de Família

2ª edição
2019

saraiva  jur

ISBN 978-85-53605-40-8

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057Av. das Nações Unidas, 7.221, 1º andar, Setor B
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902Azevedo, Álvaro Villaça
Curso de direito civil : direito de família / Álvaro Villaça Azevedo. – 2. ed. – São Paulo : Saraiva Educação, 2019.
(Curso de direito civil ; v. 6)

1. Direito civil - Brasil 2. Direito de família I. Título.

SAC0800-0117875
De 2ª a 6ª, das 8h às 18h
www.editorasaraiva.com.br/contato

18-1631 CDU 347(81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito civil 347(81)

Direção executiva Flávia Alves Bravin
Direção editorial Renata Pascual Müller
Gerência editorial Roberto Navarro

Consultoria acadêmica Murilo Angeli Dias dos Santos

Edição Eveline Gonçalves Denardi (coord.)
Daniel Pavani Naveira

Produção editorial Ana Cristina Garcia (coord.)
Luciana Cordeiro Shirakawa
Rosana Peroni Fazolari

Arte e digital Mônica Landi (coord.)
Claudirene de Moura Santos Silva
Fernanda Matajs
Guilherme H. M. Salvador
Tiago Dela Rosa
Verônica Pivisan Reis

Planejamento e processos Clarissa Boraschi Maria (coord.)
Juliana Bojczuk Fermino
Kelli Priscila Pinto
Manlia Cordeiro
Fernando Penteado
Mônica Gonçalves Dias
Tatiana dos Santos Romão

Novos projetos Fernando Alves

Projeto gráfico Fernanda Matajs

Diagramação e revisão Microart Design Editorial
Mônica Landi

Capa

Pintura de capa Arco de Tito
Evelina Villaça
2018
Técnica mista, 100 x 180 cm

Produção gráfica Marli Rampim
Sergio Luiz Pereira Lopes

Impressão e acabamento Corprint

Data de fechamento da edição: 30-11-2018Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 605447 CAE 630900

117875



SUMÁRIO

<i>Obras publicadas</i>	5
<i>Prefácio</i>	19
1. Direito de família	21
1 Conceito de Direito de Família.....	21
2 Origens e organização da família.....	22
3 Significado da palavra família.....	24
4 Localização do Direito de Família no Código Civil de 2002.....	25
5 Características principais do Direito de Família.....	26
5.1 Breve estudo das características.....	26
5.2 Divisão do Direito de Família para tratamento legislativo (Código Civil de 2002).....	27
6 Direito de Família na Constituição.....	27
6.1 Generalidades.....	27
6.2 União estável e casamento religioso.....	28
6.3 Chefia da sociedade conjugal.....	30
6.4 Divórcio.....	30
6.5 Filiação.....	31
6.6 Código de Defesa do Consumidor.....	31
6.7 Importância da Constituição de 1988 no Direito de Família.....	31
2. Casamento (histórico)	33
1 Generalidades.....	33
2 Noções do casamento no Direito Romano.....	33
2.1 Lineamentos sobre o conceito e a natureza jurídica do casamento romano. <i>Coniunctio</i> e <i>affectio</i> . <i>Communicatio divini et humani iuris</i>	33
3 Noções do casamento canônico.....	42
3.1 Conceito de matrimônio, sua natureza jurídica e seus fins.....	42
4 Autonomia do casamento religioso.....	47
4.1 Necessidade de seu resgate.....	47

4.2	Natureza contratual típica estatutária.....	49
5	Estatutos religiosos.....	50
5.1	Generalidades.....	50
5.2	Estatuto católico.....	51
5.3	Estatuto judaico.....	51
5.4	Estatuto islâmico ou muçulmano.....	56
5.5	Estatuto espírita kardecista.....	58
5.6	Estatuto protestante.....	61
5.7	Reconhecimento estatal.....	61
3.	Esponsais.....	63
1	Conceito e atualidade.....	63
2	Rescisão ou rompimento de noivado e jurisprudência.....	64
4.	Casamento civil.....	67
1	Evolução do casamento.....	67
1.1	Origem.....	67
1.2	Propagação do casamento de fato.....	68
1.2.1	Inglaterra.....	68
1.2.2	Escócia.....	69
1.2.3	Estados Unidos da América do Norte.....	70
1.2.4	Rússia e México.....	71
1.2.5	Portugal e Brasil.....	72
2	Conceito e natureza contratual.....	72
3	Principais fins e efeitos jurídicos do casamento.....	77
4	Casamento religioso com efeitos civis.....	80
4.1	Esforço histórico.....	80
4.2	Legislação atual.....	83
4.3	Jurisprudência.....	84
4.4	Projeto de atual Código Civil e Código Civil de 2002.....	88
4.5	Conclusão.....	89
5	Capacidade para o casamento.....	91
6	Limitações matrimoniais.....	92
6.1	Generalidades.....	92
6.2	Diferença entre incapacidade e impedimento.....	92
6.3	Impedimentos matrimoniais.....	92

7	Causas suspensivas (impedientes)	95
8	Habilitação para o casamento.....	97
9	Celebração e provas do casamento.....	99
5.	Invalidade do casamento civil	107
1	Generalidades	107
2	Casamento nulo	108
3	Casamento anulável.....	109
3.1	Em razão de idade	109
3.2	Em razão de vício da vontade	110
3.3	Por incapacidade de consentimento	123
3.4	Por revogação do mandato	123
3.5	Por incompetência da autoridade celebrante	124
3.6	Processo de nulidade e de anulação.....	124
3.7	Casamento putativo.....	126
3.8	Diferenças entre casamento nulo e anulável.....	127
3.9	Alterações profundas no sistema atual	128
6.	Efeitos pessoais do casamento	130
1	Generalidades	130
2	Deveres de ambos os cônjuges.....	131
3	Dever de fidelidade.....	131
4	Dever de coabitação	132
5	Dever de mútua assistência	134
6	Dever dos cônjuges com relação à sua prole	135
7	Dever de respeito e consideração mútuos	135
8	Considerações finais.....	135
9	Normas de ordem pública que regem a convivência conjugal.....	136
10	Direção e domicílio da família	139
7.	Concubinato	140
1	Considerações iniciais.....	140
2	Breves aspectos históricos	140
3	Causas do concubinato.....	141
4	Conceito e espécies de concubinato.....	142
5	Concubinato e sociedade de fato	144
6	Regulamentação do concubinato	145

8. União estável	147
1 Constituição de 1988.....	147
2 Casamento de fato, união estável e casamento religioso.....	147
3 Meu entendimento quanto ao casamento religioso.....	148
4 Orientação da Jurisprudência após a Constituição de 1988.....	148
5 Análise da Lei n. 8.971/94 (primeira regulamentação da união estável).....	151
6 Análise da Lei n. 9.278/96 (segunda regulamentação da união estável).....	153
7 União estável no Código Civil (arts. 1.723 a 1.727).....	159
7.1 Art. 1.723.....	159
7.1.1 Generalidades.....	159
7.1.2 Relação aberta ou de companheirismo.....	161
7.1.3 Conceito de união estável no atual Código.....	163
7.1.4 Separados judicialmente ou de fato.....	165
8 Art. 1.724 (comentários).....	167
9 Art. 1.725.....	169
9.1 Generalidades.....	169
9.2 Regime patrimonial de bens.....	170
9.3 Relações com terceiros.....	174
10 Art. 1.726.....	176
10.1 Comentário.....	176
10.2 Conversão da união estável em casamento.....	176
11 Art. 1.727.....	178
11.1 Comentário.....	178
11.2 Concubinato no atual Código Civil.....	178
9. União homoafetiva	180
1 Conceito.....	180
2. União homossexual na legislação estrangeira.....	180
3 Evolução no Direito Brasileiro.....	184
4 Projeto Marta Suplicy e seu Substitutivo na Câmara dos Deputados.....	188
4.1 Generalidades.....	188
4.2 Análise do Projeto de Lei n. 1.151/95 e de seu Substitutivo.....	191
5 Evolução da situação atual no Brasil.....	197
6 Posição atual do Supremo Tribunal Federal.....	204
7 Posição atual do Superior Tribunal de Justiça.....	205
8 Minha atual posição.....	206

10. Espécies de família	210
1 Generalidades	210
2 Espécies previstas	210
3 Uniãos paralelas	211
4 Uniãos homoafetivas.....	211
5 Uniãos poligâmicas.....	212
11. Dissolução da sociedade e extinção do vínculo conjugal	214
1 Generalidades	214
2 Término da sociedade conjugal e extinção do vínculo matrimonial.....	214
3 Separação judicial	215
3.1 Generalidades.....	215
4 Separação judicial litigiosa.....	216
5 Separação judicial consensual.....	219
6 Reconciliação do casal	219
7 Uso do sobrenome do cônjuge	219
8 Divórcio.....	220
8.1 Importância das leis do divórcio.....	220
8.2 Raízes do divórcio automático	220
8.3 Tentativa de adoção do desquite automático	222
8.4 Lei do Divórcio (Lei n. 6.515/77).....	222
8.5 Constituição Federal de 1988 e Código Civil de 2002	223
8.6 Divórcio em cartório	224
8.7 EC do Divórcio.....	225
8.8 Processos de separação judicial em andamento	225
8.9 Impossibilidade de alegação de culpa.....	226
8.10 Processo de divórcio e ações desmembradas	226
8.11 Ação de alimentos.....	226
8.12 Ação de dano moral.....	227
8.13 Medida cautelar de separação de corpos.....	227
8.14 Ação de guarda de filhos e visitação	228
12. Proteção da pessoa dos filhos	230
1 Generalidades	230
2 Guarda dos filhos. Conceito e espécies	230
2.1 Guarda compartilhada	231
2.2 Alienação parental	235
3 Melhor interesse dos menores.....	237

13. Parentesco	238
1 Conceito de parentesco e espécies.....	238
1.1 Linhas e graus de parentesco.....	239
2 Vínculo de afinidade	240
3 Afeto na relação familiar	240
3.1 Paternidade biológica e paternidade socioafetiva.....	240
3.2 Indenização por abandono afetivo.....	249
4 Filiação. Conceito e evolução legislativa.....	251
4.1 Filiação no Código Civil de 2002.....	252
4.2 Filiação havida no casamento (matrimonial).....	253
4.3 Cessão temporária e gratuita de útero	255
4.4 Negatória de paternidade.....	257
4.5 Prova da filiação.....	258
4.6 Filiação havida fora do casamento (extramatrimonial).....	259
4.6.1 Introdução.....	259
4.6.2 Reconhecimento voluntário.....	259
4.6.3 Reconhecimento judicial (investigação de paternidade e maternidade) .	260
4.6.4 Investigação oficiosa	263
4.6.5 Efeitos da sentença de procedência.....	264
5 Adoção.....	265
5.1 Generalidades.....	265
5.2 Conceito de adoção	266
5.3 Direito à verdade biológica	267
5.4 Quem pode e quem não pode adotar.....	268
5.5 Quem pode ser adotado	269
5.6 Requisitos para a adoção e processo judicial	270
5.7 Adoção internacional	271
5.8 Adoção <i>intuitu personae</i> ou dirigida	272
5.9 Efeitos pessoais da adoção	274
5.9.1 Princípio da igualdade entre filhos na sucessão hereditária.....	274
5.10 Efeitos patrimoniais da adoção	275
6 Poder familiar.....	276
6.1 Evolução da <i>patria potestas</i> no Direito Romano.....	276
6.2 Conceito e natureza do poder familiar.....	276
6.3 Titularidade do poder familiar.....	277
6.4 Poder familiar quanto à pessoa dos filhos	278
6.5 Poder familiar quanto aos bens dos filhos.....	280

6.6	Extinção, suspensão e perda do poder familiar.....	281
6.6.1	Extinção do poder familiar.....	281
6.6.2	Perda ou destituição do poder familiar	282
6.6.3	Suspensão do poder familiar.....	283
14.	Efeitos patrimoniais do casamento.....	285
1	Regime de bens. Generalidades.....	285
2	Pacto antenupcial e alteração do regime de bens.....	286
3	Direitos e deveres dos cônjuges no regime de bens.....	287
4	Regime da comunhão parcial de bens.....	289
5	Regime da separação de bens	292
5.1	Generalidades.....	292
5.2	Regime da separação obrigatória de bens	292
6	Regime da comunhão universal de bens	293
7	Regime de participação final nos aquestos	295
8	Regime matrimonial de bens nas relações empresariais	298
15.	Alimentos.....	299
1	Noções sobre a origem do dever alimentar no Direito Romano.....	299
2	Dever ou obrigação alimentar?.....	302
3	Conceito de dever alimentar	303
4	Espécies de dever alimentar	303
5	Fundamentos e pressupostos essenciais do dever alimentar.....	305
6	Natureza jurídica do dever alimentar	307
7	Alimentos, culpa e EC do Divórcio	308
8	Quem deve prestar e quem pode reclamar alimentos	310
9	Fixação da pensão alimentícia	310
10	Mutação e extinção do pensionamento.....	311
11	Ação de alimentos.....	312
12	Alimentos provisórios, provisionais e definitivos	312
13	Alimentos gravídicos.....	315
14	Prisão civil por dívida de alimentos.....	316
14.1	Legislação.....	316
14.2	Conceito e natureza jurídica.....	318
14.3	Verbas estranhas ao débito alimentar.....	322
14.4	Prisão reiterada	323
14.5	Prazo da prisão.....	324

14.6	Lugar da prisão	325
14.7	Prisão civil de terceiro	326
14.8	Prisão do devedor de alimentos atualmente	327
15	Direitos e deveres dos avós a alimentos	327
15.1	Dever alimentar dos avós	327
15.2	Direito alimentar dos avós	330
15.3	Prisão civil dos avós. E a prisão civil dos netos?.....	331
15.3.1	Conceito e natureza jurídica	331
15.3.2	Prisão reiterada, prazo e lugar da prisão	332
15.3.3	Prisão civil dos avós	332
15.3.4	Prisão civil dos netos?.....	334
15.3.5	Minha posição	335
16.	Bem de família.....	337
1	Proteção ampla e profícua da família.....	337
2	Nascimento do bem de família.....	339
3	Breves antecedentes históricos.....	339
4	Bem de família no Código Civil de 1916.....	340
5	Minha antiga proposta doutrinária	341
6	Bem de família no Código Civil de 2002.....	342
7	Bem de família na Lei n. 8.009/90.....	346
8	Espécies de bem de família hoje existentes.....	347
17.	Bem de família legal na Lei n. 8.009/90	349
1	Novo bem de família.....	349
2	Propriedade do casal ou da entidade familiar	349
3	Residência.....	351
4	Impenhorabilidade e sua extensão.....	355
5	Bens excluídos da impenhorabilidade e a interpretação jurisprudencial	356
6	Impenhorabilidade dos bens móveis da residência do possuidor	360
7	Oponibilidade aos credores.....	361
8	Exceções de impenhorabilidade	362
8.1	Crédito de trabalhadores.....	362
8.2	Crédito para construção ou aquisição do imóvel.....	363
8.3	Crédito de alimentos	363
8.4	Créditos tributários, contribuições e obrigações <i>propter rem</i>	363
8.5	Crédito hipotecário.....	364
8.6	Aquisição criminosa	364

8.7	Crédito de fiança locatícia.....	365
9	Direito à moradia.....	366
10	Aquisição de má-fé de imóvel mais valioso.....	367
11	Imóvel rural como bem de família.....	367
12	Único imóvel residencial.....	368
12.1	Reforço da ideia de residência.....	368
13	Bem de família de homossexuais.....	369
14	Bem de família internacional (possibilidade de unificação legislativa).....	370
18.	Tutela.....	372
1	Tutela e curatela no Direito Romano.....	372
2	Conceito e natureza jurídica de tutela.....	375
3	Espécies de tutela.....	376
4	Tutela dos órfãos e por ausência dos pais.....	376
5	Tutela em caso de perda ou suspensão do poder familiar.....	377
6	Nomeação de tutor na tutela testamentária.....	378
7	Tutela a termo ou sob condição.....	378
8	Ineficácia de nomeação de tutor.....	379
9	Suspensão do poder familiar.....	379
10	Tutela legítima.....	379
11	Tutela dativa.....	380
12	Única tutela a irmãos órfãos.....	381
13	Curador especial.....	382
14	Tutela dos menores abandonados.....	382
15	Recolhimento a estabelecimento público.....	382
16	Incapazes, ilegítimos e impedidos de exercer a tutela.....	383
17	Escusa dos tutores.....	384
18	Tutela prioritária para parente.....	386
19	Procedimento da escusa da tutela.....	386
20	Recurso contra a não admissão da escusa.....	387
21	Deveres do tutor à pessoa do menor.....	388
22	Administração dos bens do tutelado.....	389
23	Nomeação de protutor.....	391
24	Exercício parcial da tutela.....	391
25	Responsabilidade do juiz.....	392
26	Termo de entrega de bens.....	392
27	Prestação de caução.....	393

28	Bens do menor e seu sustento.....	393
29	Arbitramento das despesas do menor	394
30	Outras atribuições do tutor	394
31	Competência do tutor com autorização judicial	396
32	Atuações nulas do tutor.....	397
33	Débito do menor ao tutor anterior à tutela	399
34	Responsabilidade civil do tutor e reembolso por despesas.....	399
35	Remuneração do tutor e do protutor	400
36	Bens do tutelado em poder do tutor.....	400
37	Conversão em títulos, obrigações ou letras	401
38	Retirada de valores depositados oficialmente	402
39	Prestação de contas do tutor	403
40	Balanço anual	405
41	Despesas proveitosas ao menor.....	405
42	Cessação da tutela.....	405
43	Gestão do tutor após a cessação da tutela.....	407
44	Destituição do tutor	407
19.	Curatela	410
1	Conceito de curatela.....	410
2	Espécies de curatela.....	410
3	Pessoas sujeitas a curatela (art. 1.767).....	411
3.1	Impossibilidade de manifestação da vontade	412
3.2	Ébrios habituais.....	412
3.3	Viciados em tóxicos (toxicômanos)	413
3.4	Excepcionais sem completo desenvolvimento mental	413
3.5	Pródigos.....	413
3.6	Outras causas de curatela de maiores incapazes	414
4	Interdição. Promoção da curatela pelo Ministério Público (arts. 1.768 e 1.769)	415
5	Processo de curatela	416
5.1	Legitimidade para requerer a interdição.....	416
5.2	Outros interessados na interdição.....	417
5.3	Curador à lide.....	418
5.4	Exame pessoal do interditando (fase processual)	418
5.5	Limites da curatela	419
5.6	Efeitos da sentença de interdição	420
5.7	Registro da sentença de interdição.....	420

5.8	Aplicação à curatela das disposições atinentes à tutela.....	421
5.9	Curatela legítima do cônjuge ou do companheiro.....	421
5.10	Curatela legítima dos pais	422
5.11	Curatela legítima do descendente	422
5.12	Curatela dativa	423
5.13	Ordem de nomeação do curador	423
5.14	Recolhimento a estabelecimentos adequados	423
5.15	Extensão da autoridade do curador	424
5.16	Curatela do nascituro em nosso sistema atual	424
5.17	Aplicação à curatela dos preceitos da tutela	424
5.18	Proteção do pródigo	424
5.19	Prestação de contas entre cônjuges.....	425
5.20	Curatela (arts. 84 e 116 do Estatuto da Pessoa com Deficiência)	425
5.21	Tomada de Decisão Apoiada (art. 1.783-A).....	426
	<i>Referências bibliográficas</i>	429